ALCÁCER DO SASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL DELIBERAÇÃO

Aprovado poe

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

1 Unanimidade
2 MBMM
3 SESSÃO DE O 1/03/16

ATA № 05

4 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Alcácer do Sal e

- 5 Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária,
- 6 António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva,
- 7 Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da
- 8 Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia
- 9 Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias,
- Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Serafim António Martins Inocêncio,
- 11 Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Leonardo
- 12 Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Jerónimo Jacinto de Almeida, José Carlos Nacimento dos
- 13 Reis, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal,
- Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins,
- 15 Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Albino António Batista Francisquinho, Presidente
- da Junta de Freguesia de São Martinho.
- Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
- 19 e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice- Presidente,
- 20 Nuno Miguel Besugo Pestana e Isabel Cristina Soares Vicente.
- Verificou-se a ausência dos Deputados Maria Antónia Foito Crespo, Leónia de Jesus Pinto Bárbara
- 23 Gomes e Maria do Rosário Tomás, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam
- 24 arquivadas em pasta anexa à ata.
- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente
- 27 da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

29 PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ___

- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.
- 34 1 Expediente:

17

21

25

28

30

3132

- O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de 35
- 14 de setembro de 2015 a 4 de dezembro de 2015, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, 36
- ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante. 37

38 39

- 2 Análise e votação da Ata nº 4 da sessão realizada em 11 de setembro de 2015.
- O Presidente da Assembleia, colocou a ata a votação. 40
- A Ata nº 04 de 11 de setembro de 2015 foi aprovada, por unanimidade. 41

42

- O Presidente da Assembleia Municipal, informou, que o Presidente da Câmara solicitou a inclusão
- 43 de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, nos termos do disposto do nº 3 do artigo 20º. do 44
- Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 28 de Fevereiro de 2014, que colocou à 45
 - consideração dos deputados, o que foi aceite por todos, tendo-lhe sido atribuído o n.º 13.

47

46

- O Presidente da Assembleia informou que foi presente à Mesa, um Voto de Pesar: 48
 - Voto de Pesar (Francisco Tereso Cardim), apresentado pelos Deputados da CDU.
- 49 O Voto de Pesar foi lido pelo Presidente da Assembleia e aqui se dá como reproduzido e transcrito, 50
- ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante. 51

52 53

INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO _____

54

O Presidente da Assembleia, perguntou se algum deputado tinha questões a colocar ao executivo 55 da Câmara Municipal. 56

57

- A Deputada Maria Antónia Mendes usou da palavra e disse que Alcácer do Sal, estava a renascer 58
- dos escombros, e todos ambicionavam vê-la proactiva, contudo, isso não poderia surgir como que 59
- por um golpe de magia, assim, congratulava-se com o trabalho do executivo municipal, na pessoa 60
- do Sr. Presidente da Câmara, que ia impulsionando os destinos do concelho. 61
- Referiu os vários eventos que tinham ocorrido na cidade, e também a Festa da Batata-doce 62
- realizada na Carrasqueira, realçando assim a parte turística e a parte comercial, que estes eventos 63
- trouxeram ao concelho. 64
- Terminou, fazendo referência à demolição do Quiosque da Avenida, uma vez que era uma obra 65
- que se impunha. 66

- O Deputado Luís Nunes cumprimentou os presentes e deu as boas vindas ao novo Vereador Nuno 68
- Pestana desejando-lhe um bom desempenho nas suas novas funções. 69

70 O Deputado Manuel Rocha, começou por referir que as obras do Centro Pré Escolar de Alcácer do 71 Sal se encontravam praticamente no seu término, concretizando-se o que se anunciava no Boletim 72 Municipal, que no próximo ano, esta nova infraestrutura, seria uma realidade. Relativamente às associações recreativas, salientou os apoios por parte do município e também 73 das Juntas de Freguesia. 74 75 A Deputada Luzia Carvalho, questionou o executivo relativamente, aos munícipes que não têm 76 médico de família. Referiu o investimento que as câmaras estavam a fazer para manter os médicos 77 cubanos nos Centros de Saúde, já que metade da população ficaria sem médico de família, 78 79 segundo os dados da Comissão de Utentes do Litoral Alentejano. No concelho de Alcácer do Sal o 80 número de utentes sem médico de família é de sete mil e seiscentos, ou seja mais de cinquenta por cento da população não tem médico de família. 81 Referiu ainda o encerramento das Extensões de Saúde de Montevil e do Barranção e a alteração 82 dos horários das consultas na Freguesia do Torrão, e que em Palma as consultas não são 83 realizadas no espaço físico mais aconselhado. Terminou, dizendo que gostaria que o Presidente da 84 Câmara desse algumas informações complementares à Assembleia Municipal. 85 86 O Deputado Serafim Inocêncio, questionou o Presidente da Câmara, se a abertura do Centro Pré 87 Escolar de Alcácer do Sal, iria ser no próximo ano civil ou no próximo ano lectivo. 88 89 O Deputado Nuno Dias, questionou o executivo se tinha havido alguma evolução relativamente ao 90 processo do Tribunal. 91 92 O Deputado Serafim Inocêncio perguntou ao Presidente da Câmara, se tinha havido algum 93 progresso em relação ao IC1. 94 95 O Deputado Manuel Rocha questionou também se havia algum desenvolvimento relativamente ao 96 arranque de obras no IC1 e se havia condições para que os comboios de passageiros voltassem a 97 passar novamente em Alcácer do Sal. 98 99 O Deputado Serafim Inocêncio colocou várias questões relacionadas com a exploração do areeiro 100 que se encontra em Albergaria. 101

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e informou que o projecto das novas instalações do Quartel dos Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal, não contemplava uma lavandaria, pois a candidatura não o permitia. Aquela Associação, após sua inauguração e considerando imprescindível a existência desse equipamento, recorreu, mais uma vez, ao prestimoso e indispensável apoio da Câmara Municipal, que disponibilizou materiais, técnicos e trabalhadores do município, tornando dessa forma possível, a instalação da lavandaria, que já se encontra a funcionar há cerca de um mês.

110111

112

113

114

103

104

105

106

107

108

- O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder ás questões colocadas. O Presidente da Câmara, cumprimentou os presentes e começou por informar, que a demolição do Quiosque da Avenida tinha seguido o diploma legal, relativamente à remoção de amianto.
- 115 Mencionou os eventos que tinham decorrido, referiu a Feira do Livro, que foi bastante elogiada por 116 outras bibliotecas, devido à sua programação e às autoras que nela apresentaram os seus livros.
- Relativamente às questões colocadas sobre a saúde, o Presidente informou que teve uma reunião com elementos do Centro de Saúde de Alcácer do Sal, onde lhe foi dito, que eventualmente,
- poderiam vir a ter mais médicos, portugueses ou de nacionalidade estrangeira. Referiu ainda, que
- em conversações com a Sra. Embaixadora de Cuba, foi informado que existia a possibilidade do
- 121 Estado Cubano disponibilizar mais médicos. Sobre este assunto, terminou dizendo, que no
- concelho de Alcácer do Sal, faziam falta mais dois médicos.
- 123 Em relação ao Centro Pré Escolar de Alcácer do Sal, o Presidente esclareceu, que este executivo
- 124 quando entrou, tinha desbloqueado o processo, apesar de vários entraves relativamente à sua
- abertura e que a mesma iria ter lugar no próximo ano civil.
- 126 Informou também, que o município, tinha oferecido ao Agrupamento de Escolas do Torrão, um
- 127 Quadro Interactivo de última geração.
- Relativamente ao ICI, informou que tinha reunido com o Presidente das Infraestruturas de Portugal,
- onde se debateu esse problema e lhe foi dito que enquanto o Estado não assumir aquela estrada,
- não haverá obras. Acrescentou que era preocupante esta posição, e esta matéria iria ser colocada
- 131 ao novo governo.
- Em relação ao Tribunal, afirmou que iriam aguardar que a situação se esclareça, uma vez que faz
- parte do programa do governo PS, a reversão da situação.
- Quanto à situação ferroviária, o Presidente da Câmara referiu que este problema deveria ter sido
- resolvido na altura, mas que não irão desistir que os comboios de passageiros voltem a passar em
- 136 Alcácer do Sal.

- O Presidente da Câmara afirmou ainda, que fazia questão de informar a Assembleia Municipal, que tinha sido pedido à GNR, o ponto de situação sobre a segurança no concelho, tendo recebido um relatório daquela entidade, onde constava que era um concelho seguro, com baixo índice de criminalidade, pelo que se deverá manter a atual orientação, no que corresponde ao dispositivo de segurança.
- Relativamente à procura de alojamento, referiu ter disparado nos últimos dois anos em Alcácer do
- 143 Sal e actualmente, a questão que se coloca é a necessidade da existência de mais camas,
- 144 nomeadamente na cidade.
- 145 Terminou dizendo, que se encontravam no início, quatro novos projetos de grande dimensão, de
- investimento agrícola, com a componente hortícola e frutícola.

147

- O Presivente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra ao
- 149 Vereador Manuel Vítor para responder à questão do areeiro. O Vereador Manuel Vítor usou da
- 150 palavra e esclareceu, que relativamente à exploração do areeiro, era uma situação que
- ultrapassava a câmara, que não podia intervir, mas que de qualquer forma, iriam verificar se o que
- estava a ser feito, ia para além do que tinha sido licenciado.
- 153 Seguidamente, o Deputado Serafim Inocêncio informou, que o proprietário do areeiro, tinha
- 154 adquirido alguns hectares do lado poente da linha férrea, e que neste momento, o que estava a
- 155 acontecer, era a dragagem de terras e não um túnel, para passar por baixo da linha férrea.
- A Deputada Luzia Carvalho deu as boas vindas e desejou um bom trabalho ao Vereador Nuno
- 157 Pestana.
- O Deputado Duarte Lynce Faria também deu as boas vindas ao Vereador Nuno Pestana.

159

160 ORDEM DE TRABALHOS ___

161

- 162 1 ANÁLISE E CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO REFERENTE AO RELATÓRIO DO
- 163 REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO FINACEIRA DO MUNICÍPIO REFERENTE
- 164 AO 2º SEMESTRE DE 2014. (tomado conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 22/10/2015);
- 165 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

- 169 2 ANÁLISE E CONHECIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE AO ENCERRAMENTO DA
- 170 LIQUIDAÇÃO DA EMSUAS. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 10/12/2015);
- 171 **Intervenções:**

- O Deputado Duarte Lynce Faria, questionou se era uma tomada de conhecimento ou era para
- 173 **deliberação**.
- O Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra à
- 175 Vereadora Ana Luísa Soares para intervir sobre o assunto. Concedida a palavra, a Vereadora
- 176 esclareceu que em face do parecer técnico que solicitou, a proposta era somente para
- conhecimento, uma vez que era um procedimento final, que já tinha sido aprovado.
- 178 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

- 3 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
- 183 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-PPI E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES-AMR) E
- 184 ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
- 185 **10/12/2015)**;
- O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar a
- proposta, tendo este referido que quando se analisam documentos previsionais é indispensável,
- interpretar e cruzar os documentos, tendo em conta que estes, são efetuados na base de opções,
- de regras do POCAL e de regras legais e têm classificações de diversa natureza. Disse que quem
- ler o documento e não souber cruzar, por desconhecimento ou impreparação, o plano plurianual de
- investimento com as atividades mais relevantes, pode estar a retirar conclusões que depois o
- 192 fazem lavrar num erro. Referiu que esta questão é fundamental, porque no ano passado,
- apercebeu-se que opiniões que foram dadas, não tiveram em conta alguns aspetos.
- O Presidente afirmou ainda que os documentos previsionais não são prestações de contas, são
- estimativas, com doses de interrogação muito significativas. Referiu que há uma regra que obriga a
- 196 que os documentos previsionais sejam submetidos à Câmara Municipal a fim de serem
- apresentados até 31 de outubro à Assembleia Municipal. Informou que enviou um ofício ao Sr.
- 198 Presidente da Assembleia Municipal a justificar que este ano, não conseguiriam efetuar,
- atempadamente, essa apresentação, pelo facto de não haver orçamento do estado para 2016.
- 200 Referiu que, por essa razão, tiveram que trabalhar num orçamento em previsões, a partir de
- estimativas, de intenções e de alguns elementos que são objetivos.
- 202 O Presidente referiu também que o preâmbulo é realista, traça o resumo da realidade do país, que
- 203 os partidos da direita, PSD e CDS deixaram aos portugueses e ao país, uma situação de
- 204 empobrecimento e gravíssima a todos os níveis, quer ao nível das freguesias, dos locais, do ciclo
- económico, do investimento e do desemprego. Sublinhou, que é uma situação extraordinariamente
- preocupante e espera que haja janelas de oportunidade, que não se prossiga com aquele vendaval

ofensivo que houve contra as regiões, contra os territórios, contra as pessoas e contra os trabalhadores. Mencionou que, o preâmbulo coloca desde logo o enquadramento legal, a realidade do país e a realidade que se oferece aos municípios, com doses de improbidade ainda muito grandes. Acrescentou que, no programa do Partido Socialista, há elementos que provocam alguma apreensão aos municípios, nomeadamente, quando se coloca algumas questões sobre pessoal ou sobre descentralização, que apesar de não serem iguais às do anterior Governo, são muito próximas e por isso há vários eleitos do Partido Socialista que estão preocupados com esta situação, porque não querem mais do mesmo.

- O Presidente referiu ainda, que há um aumento do lado das receitas, que se vem a refletir num aumento das despesas. Sublinhou que, a previsão de aumento de receitas é baseada na realidade que se verificou em 2015, em que, entre janeiro e novembro de 2015 a receita aumentou 1 milhão e 200 mil euros. Mencionou, que o Município tem a taxa mais baixa de IMI do distrito de Setúbal, tem uma derrama especial, criada neste mandato, para as microempresas, sendo e dando, ao mesmo tempo, um incentivo e um sinal aos microempresários. O Presidente referiu que os documentos previsionais baseiam-se no crescimento da receita total que houve em 2015, em que a receita cresceu 1 milhão e 200 mil euros, (8,3%) e a receita corrente subiu 818 mil euros, (7%), comparativamente com o ano anterior. Referiu ainda que, a despesa também vai subir, mas muito menos que a variação que houve no lado da receita e informou que a despesa de janeiro a novembro de 2015 subiu 1,4%.
- 226 Realçou que, o grande objetivo, é investir no concelho.

207

208

209

210211

212213

214215

216217

218

219

220221

222223

224

- Em relação à despesa de capital, afirmou que nem toda a despesa de capital ou de investimento é despesa boa e que considera que a construção de edifícios megalómanos ou obras de investimento sem sentido, é despesa má, quando por vezes, há despesa na área da educação, da cultura, do desporto ou de outras áreas, que sendo correntes, são despesa boa.
- Relativamente aos encargos com o pessoal, o Presidente esclareceu que esse valor cresce, porque já lhe está imputado, a reposição de vencimentos, questões relacionadas com as remunerações dos trabalhadores, a questão das carreiras, horas extraordinárias ou ajudas de custo, sendo naturalmente, um reforço de meios para o município, para servir melhor os cidadãos.
- 235 Referiu que os 221 mil euros que estão previstos para estudos e pareceres são para avaliações.
- Sublinhou, que todos os anos, transita sempre dívida que é comprometida no ano anterior e é paga no ano seguinte, nomeadamente, questões relacionadas com a avaliação estratégica no âmbito da revisão do PDM. Recordou que, o município tem seguido uma linha de investir nos estudos, tal como aconteceu em 2009, onde se investiu em estudos e projetos 134 mil e 400 euros, em 2010,
- 240 13 mil euros, e em 2011, 114 mil euros, etc.

- Referiu que a componente com pessoal tem uma fatia muito importante, no valor de 8 milhões e 241 270 mil euros, e que em 2016 vai ser amortizada mais uma prestação do FAM. Para a componente 242 de água, iluminação pública, inclusive em estradas nacionais, que não são competência do 243 município, toda a componente energética, resíduos sólidos urbanos e saneamento estão previstos 244 3 milhões de euros. Para instituições sem fins lucrativos estão previstos 505 mil euros e para as 245 freguesias, 300 mil euros. 246 Quanto ao capital, há um valor global de 113 mil e 800 euros em terrenos, para adquirir o terreno 247 da Arcebispa, conhecido como o estacionamento do parque de feiras e exposições, que vai permitir 248 que o município, pela primeira vez, consiga ir a fundos comunitários para candidatar obra para 249 250 intervenção no parque de feiras. Mencionou também que para estradas e arruamentos há um investimento muito significativo, e está 251 previsto investimento na Fonte Santa no Torrão, intervenções no Centro histórico, no Museu Pedro 252 Nunes, na iluminação do património e na eficiência energética dentro das piscinas cobertas. 253 Informou que, tal como foi prometido, hoje em dia, o ambiente dentro das piscinas ficou muito 254 melhor com a colocação da unidade ultra violeta e que está a ser adquirido uma unidade de 255 climatização para toda a zona da secretaria, prevendo-se também uma unidade para a nave 256 principal. Referiu que mandaram fazer uma auditoria energética às piscinas, que já se encontra 257 concluída e quando existirem regulamentos do Governo Português e da Comissão Europeia, vai 258 permitir, trabalhar num projeto para uma reconversão futura, provavelmente no próximo mandato. 259 Informou que o Município de Alcácer do Sal vai terminar o ano de 2016 com uma dívida de médio e 260 longo prazo de 341 mil euros e que quando este executivo tomou posse existia uma dívida que 261 ultrapassava os 500 mil euros e que vão terminar o ano de 2015 com uma dívida de curto prazo na 262 ordem dos 400 mil euros. 263
- O Presidente realçou que está a ser feito um controle muito grande sobre a gestão financeira. 264
- Esclareceu que, ao longo do documento e sobretudo das classificações económicas do orçamento 265 encontram muitas rubricas de "outras", mas que é preciso olhar para isso com atenção, porque 266 como todos devem saber, para fazer uma análise cuidada e não cometer erros de apreciação, é 267

necessário cruzar os documentos. 268

- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
- Intervenções: 271

269

- O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que, há muitos anos, que trabalham nestas áreas das 272
- contabilidades, dos orçamentos e não acredita muito, que haja essas confusões como o Sr. 273
- Presidente disse relativamente à mistura dos projetos. Considera importante haver divisões de 274

275 orientações diferentes e não tanto, sufragar aquilo que se diz, é a única solução possível. Deve-se 276 ter alguma flexibilidade, para ver também outros aspetos de números e de apreciações concretas e 277 que a opção seguida neste orçamento, não é a única, poderiam ser outras. Referiu também que, como o Presidente disse, o aumento das receitas correntes poderá ter 278 279 destinos completamente diferentes e não há apenas um destino para esse aumento das receitas correntes. Esse aumento das receitas correntes relativamente àquilo que se projeta para o ano de 280 2016, deve-se essencialmente, ao aumento da receita do saneamento e dos resíduos sólidos 281 282 urbanos e não propriamente da receita da água. 283 Em relação á forma como se elaboram os orçamentos, o Deputado afirmou que é curioso verificar. 284 que ambas as bancadas, chamaram a atenção, várias vezes, para a questão dos empolamentos 285 dos orçamentos. Sempre disseram, que relativamente aos orçamentos de capital, não há hipótese de extrair quaisquer conclusões, quando há um empolamento, porque a maior parte dos programas 286 são plurianuais e por outro lado, quem detém as rédeas da cedência dessa receita, é o Governo. 287 288 Disse não ser justo tirar algumas ilações relativamente a esse aspeto. Referiu, que se está no mejo 289 de um quadro comunitário, que ainda não começou, o que não se percebe e que isso, é da exclusiva responsabilidade do anterior Governo. Esse quadro comunitário, vai ter que ser revisto 290 daqui a dois anos, porque é um quadro essencialmente fictício, que não dá condições ao 291 investimento e que não é apenas em investigação e desenvolvimento, há investimento que as 292 autarquias precisam, nomeadamente, de novas infraestruturas. 293 O Deputado Duarte Lynce de Faria, mencionou a seguir, que não lhe parece que a bancada do PS 294 295 tenha feito alguma confusão na análise do orçamento, até porque, é sempre um desafio, tentar 296 trabalhar os números de maneira algo diferente do que o executivo apresenta. 297 Em relação ao orçamento, acrescentou que é verdade, que no final de cada um dos anos, é necessário, muitas vezes, passar projeto para o ano seguinte, mas o que acontece, é que esses 298 valores não podem ser tidos em conta como padrões para o ano a seguir, porque se não, estar-se-299 300 ia a valorizar parte deles duplamente, dando como exemplo o caso dos contratos de aluqueres e 301 serviços, o caso dos transportes escolares, a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal). O Deputado considerou a revisão do PDM um projeto essencial para o desenvolvimento de Alcácer 302 303 do Sal e um instrumento fundamental, como é a Carta Educativa, para o desenvolvimento futuro de Alcácer do Sal. 304 305 Mencionou que o preâmbulo refere, como em anos anteriores, áreas que são apostas por parte do 306 município, investimentos e opções que se pretendem, mas nem todas elas, coincidem no

orçamento e nos demais documentos previsionais. Há também uma questão importante, que é a

aposta relativamente ao investimento, que aponta muito para o Portugal 2020, que tem muitos 308 309 problemas. 310 O Presidente da Assembleia, interrompeu o Deputado Duarte Lynce de Faria, referindo que não 311 querendo retirar a palavra a ninguém, é necessário ver a questão do tempo das intervenções, 312 porque não sabe quantos deputados vão intervir a seguir e tem que ser dada a mesma 313 oportunidade a todos. Informou que, sobre este ponto em concreto, é habitual serem apresentadas 314 declarações de voto e esse facto, deveria ser levado em conta, na gestão do tempo de intervenção 315 316 dos deputados 317 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que estava a fazer uma apreciação global e que 318 gostava que a Mesa tivesse em consideração tudo isso e que depois apresentarão uma declaração 319 320 de voto. O Presidente da Assembleia, referiu que, nesse caso, vai fazer duas intervenções sobre o mesmo 321 assunto. 322 O Deputado Duarte Lynce de Faria, esclareceu que entregarão a declaração de voto e não a vão 323 324 O Deputado, prosseguiu, referindo que o orçamento para 2016 apresenta um aumento de 7% em 325 relação ao ano de 2015 e de 30% em relação a 2013. O orçamento das despesas correntes, 326 tiveram um aumento de 4% em relação a 2015 e de 38% em relação á base que tinham em 2013. 327 O orçamento das despesas de capital continua a apresentar valores relativamente baixos e 328 aparece a tal guestão do Portugal 2020, sobre a qual a Câmara tem uma posição razoável do 329 ponto de vista de este ano executar 1,4 milhões euros, porque será muito difícil pôr Portugal 2020 a 330 mexer nessa perspetiva. 331 Considerou que, o peso das despesas correntes no total do orçamento, é cada vez mais 332 significativo, atingindo no orçamento do ano de 2016 o valor de 79%, quando em 2013 era de 66%. 333 Acrescentou, que o peso das despesas fora dos projetos, tem um impacto cada vez mais 334 significativo no valor total das despesas correntes, que em 2016 apresenta 60%, enquanto em 335 2013 o valor era apenas de 41%., o que significa, que há cada vez mais uma parte, que não está 336 claramente, consignado o local onde vai ser aplicado. 337 Há um aumento da despesa com o pessoal na ordem dos 8% em relação a 2015 e ficariam com a 338 ideia que o incremento das despesas tinha a ver com o pessoal da EMSUAS, com reclassificações, 339 com novos encargos da saúde e da segurança social, mas não é apenas assim, uma vez que o 340 município, prevê abrir 16 concursos de recrutamento, no valor de 80 mil e 200 mil euros, quando

342 ainda recentemente, não havia espaço para novos recrutamentos e quando a própria proposta do 343 mapa de pessoal, ressalva esse pormenor. Mas, o que é mais gritante em relação a estes valores. 344 são os valores previstos para as tarefas e avenças, em que se prevê um aumento de 33%, passando de 363.118,00 €, para 484.618,00€. 345 346 Referiu que, relativamente às despesas de capital ou às receitas de capital não haverá da parte dos Deputados do PS qualquer crítica a um eventual empolamento, porque não se trata de um 347 348 verdadeiro empolamento. Já relativamente às receitas correntes, ou à rúbrica, "outras" receitas 349 correntes, existe um significativo empolamento em relação às reais receitas cobradas, num 350 diferencial que estima ser entre 3,5 e 3,8 milhões de euros, embora também haja esse deferencial 351 nas receitas de capital, mas que não tem o mesmo significado. 352 Disse que existiam projetos que eram bandeira para serem executados em 2015 e que passaram 353 para 2016, como foram os casos da requalificação da envolvente da Fonte Santa e do Museu Pedro Nunes. 354 Concluiu, referindo que, estes documentos, refletem visões, que são claramente distintas, das que 355 seguiriam. 356 357 O Presidente da Assembleia, usou da palavra e referiu que, o conteúdo da declaração de voto, foi 358 expresso na intervenção do Deputado Duarte Lynce de Faria, e que por essa razão, e por respeito 359 360 aos restantes deputados e ao público, não a deve ler, dado que esta vai ser transcrita na ata, dela 361 fazendo parte integrante. O Deputado Serafim Inocêncio, solicitou a palavra e referiu que ao longo dos anos, nesta 362 assembleia, muitas intervenções foram feitas na análise de orçamentos, onde cada um tem a sua 363 364 opinião e cada um faz a leitura que entende, cruza e explica da forma que sabe. Disse que, há 365 pessoas que quando estavam na oposição fizeram críticas aos orçamentos apresentados pelo 366 executivo PS, com toda a legitimidade, porque esta é mais uma questão de análise de opinião 367 sobre um documento estratégico. 368 Disse que é importante que se crie empregos no concelho e ainda bem que há projetos de investimento no concelho. Referiu que, no orçamento, vê algumas repetições de alguns projetos do 369 ano anterior e que há um deles que até muda de nome, passando de projeto energético do 370 património de Alcácer para iluminação cénica do património edificado. 371 O Deputado referiu ainda que, ao olhar para este orçamento, pergunta onde é que estão as 372 pequenas localidades e isso deixa-o preocupado, independentemente de elas estarem no 373

orçamento. Mencionou que, para Albergaria está previsto um parque no valor de 2 mil euros, o que

acha bem, mas também deveria estar previsto uma obra de fundo nas estradas da própria

374

localidade. Acrescentou que, já no ano passado, tinha referido e volta a referir novamente, que lhe parece que às vezes há um desconhecimento da realidade. Referiu, que o Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana é uma pessoa que dentro de uma estrutura conhece muito bem a localidade de Albergaria e em conjunto com a autarquia fazem de facto o essencial para que as pessoas se sintam bem, mas se calhar falta aquilo que é importante, porque se passarem por uma rua de acesso, vêm muitos buracos de ruturas de água, que foram tapados há muito pouco tempo e isso deixa-o preocupado, apesar de ver plasmado neste documento, uma obra de fundo, que já foi falada para aquela localidade. Disse que, quando olha para o orçamento não vê para as localidades um investimento claro, com exceção de algumas, o que também o deixa preocupado, porque não são as juntas de freguesias que fazem tudo.

Referiu que não vai falar nas questões dos números, porque o Deputado Duarte Lynce de Faria já falou sobre essa matéria.

387 388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

A Deputada Luzia Carvalho, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara os esclarecimentos que prestou, porque este é um documento enorme, cheio de números, que como foi dito pelo Deputado Serafim Inocêncio, nem todos têm a pretensão de dominar. Contudo, no seio da bancada da CDU, queremos deixar duas ou três notas sobre os documentos previsionais, porque mais do que números, refletem opções e essas opções e esses números, têm obrigatoriamente que fazer o enquadramento com a realidade do país e, sem pretenderem ser arautos da desgraça, consideram que a análise feita no preâmbulo é clara, real, realista e responsável, sem pretender esconder ou omitir as dificuldades e os constrangimentos que estão a ser impostos aos municípios e a própria situação económica e social do país, isso sim seria irrealista e irresponsável. Para mais e atendendo ao facto de que, como estabelecido na lei a elaboração destes documentos deverá ter em conta as projeções macroeconómicas que servem de base à elaboração do orçamento do estado e considerando que esse documento só agora o novo Governo se propõe ainda elaborar e submeter à aprovação na Assembleia da República, logo essas projeções são inexistentes. Disse que, merece de todos dos Deputados da CDU a aprovação e valorização da sensatez e o bom censo que presidiu aos compromissos aqui expressos. Referiu que se verifica de facto um aumento do valor previsto nas despesas correntes, contudo e considerando a realidade do município e tomando como referencial aquilo que hoje é a tendência na maioria dos municípios, isto não é e não pode ser considerado um fator negativo e muito menos será um sinónimo de desinvestimento. Questionou se não será investimento, continuar a aposta nos apoios à educação, se não será investimento, continuar a aposta na cultura nas suas vertentes diferentes, se não será investimento manter, o apoio às coletividades, às IPSS, aos bombeiros e ao movimento desportivo. Consideram

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434435

436

437

438

439

440

441

442

443

que apresentar valores elevados nas rubricas de capital será por um lado continuar a inscrever-se projetos megalómanos sem qualquer espectativa de execução e por outro lado apresentar às populações um orçamento enganador. Referiu que, essa não é a forma de trabalhar dos eleitos da CDU e isso sempre contestaram na anterior gestão do Partido Socialista e ainda se recordam dos grandes projetos como o parque de feiras e exposições, o projeto intramuros, o projeto do Mercado Municipal, para não referir outros, que não passaram de meras inscrições nas despesas de capital. Disse que o que constatam neste orçamento e tem sido a prática deste executivo é que não há números escondidos sejam eles de dívidas ou de intervenções e que o projeto que esteja inscrito e eles estão inscritos, é projeto para avançar e para fazer. Referiu que gostariam ainda de dizer, que sobre o projetado crescimento da despesa com o pessoal, consideram, como disse o Sr. Presidente da Câmara, que nestas previsões estão já acauteladas as reposições dos vencimentos e outros direitos, que como todos sabem, foram roubados aos trabalhadores e se consideram que está previsto o aumento do salário mínimo nacional e a reposição das carreiras e também estão considerados os novos encargos com a saúde, que passarão a ser suportados na íntegra pelos municípios. Questionou se estas despesas com o pessoal são negativas. Disse que eventualmente quem afirma que o aumento de postos de trabalho é algo preocupante, como alguns eleitos do PS fazem, os eleitos da CDU no respeito que sempre os move pelos direitos de quem trabalha consideram que não, decididamente. Relativamente às verbas inscritas nas rubricas de estudos e pareceres, designadamente 221 mil euros, referiu que atendendo à discussão do orçamento na reunião de Câmara, este valor parece constituir um fator negativo para os eleitos do PS, esquecendo talvez a revisão do PDM e outros projetos que efetivamente estão a avançar. Lembrou que, decorreu no passado sábado uma das primeiras sessões sobre a discussão pública da revisão do PDM. Referiu que, os eleitos da CDU ainda não esqueceram os 134 mil euros, mais 28 mil euros à POLIS, que não passou do papel, os 110 mil euros à Parque Expo, que também não passou do papel, os 600 e tal mil euros dos trabalhos a mais do projeto RUAS, etc. Disse que é inegável que hoje a Câmara Municipal de Alcácer do Sal tem as contas equilibradas, tem uma boa saúde financeira, tem capacidade de gerar aumento de receita e no que diz respeito a impostos que dependem diretamente das autarquias, como disse o Sr. Presidente da Câmara, tem vindo a reduzir a carga fiscal da população do concelho, tem a tributação mais baixa do distrito de Setúbal, manteve para 2016 a participação do IRS a 4% e que relativamente a 2016 foi fixada a derrama em 1% para a generalidade das empresas e em 0,25% para aquelas empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros, que é um sinal claro da aposta deste executivo no desenvolvimento económico e na cooperação com os investidores.

A deputada disse que, numa breve análise, os eleitos da CDU consideram que estas opções deste orçamento são opções sérias e que este é o caminho certo do progresso e do prestígio de Alcácer do Sal.

O Presidente da Assembleia considerou que, a introdução feita pelo Sr. Presidente da Câmara deste ponto da ordem de trabalhos foi muito esclarecedora e não considerou as suas declarações sobre a necessidade de saber analisar os documentos, ofensiva para os deputados, fazendo sim uma alusão generalista a essa necessidade.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que a saúde financeira deste município foi sempre timbre de qualquer executivo, independentemente das orientações e, é uma das coisas que mais dignifica este município, e tem consequências para o futuro, porque um município com a saúde financeira como este tem, deve ter à sua disposição um conjunto de instrumentos e que espera que o atual Governo e a atual maioria que o suporta possa revogar alguma legislação, para que os municípios que têm determinadas condições possam também ter outras opções e ai já poderiam discutir a outro nível porque estão limitados nas opções que podem ser seguidas.

discutir a outro nível porque estao limitados nas opções que podem ser seguidas.

Disse que, como a Deputada Luzia Carvalho sabe, os executivos socialistas também tiveram essa ideia de colocar o IMI, sempre no valor mais baixo e também relativamente ao IRS e o Município de Alcácer do Sal nisso é um bom exemplo. Em relação à derrama, o deputado referiu que na altura tinham os 150 mil euros de valor de negócios relativamente às empresas e que sobre este assunto há um problema complicado, porque há muitos empresários em nome individual que não são coletados na derrama e não podem beneficiar desta medida.

Discordou das palavras da Deputada Luzia Carvalho, quando mencionou um conjunto de investimentos que não foram cumpridos, porque o projeto RUAS pode ter tido muitos problemas, mas é neste momento um investimento base daquilo que Alcácer do Sal tem beneficiado, com erros e com omissões.

Referiu que, os quadros comunitários de apoio são negociados pelos Governos e que muitas vezes é necessário mudar o nome dos projetos, porque muitas vezes não encaixam.

O Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia e referiu que não é possível o nível de concretização que se vai obter, sem o esforço, a dedicação e sem o papel indispensável dos trabalhadores das autarquias e, que não era possível fazer as mudanças que o Revisor Oficial de Contas (ROC) mencionou no relatório de 2014, sem os funcionários municipais. Acrescentou que, quando o ROC disse que foram prescritos 500 e tal mil euros de dívidas de

águas e saneamento, e que hoje a situação está a ser ultrapassada, porque foi criado um gabinete 478 das infrações fiscais. O Presidente deixou uma palavra para os trabalhadores que são essenciais 479 na gestão municipal e no serviço para o cidadão. 480 Referiu que, os presidentes e os executivos das Juntas de Freguesia são excelentes autarcas, 481 estão a realizar um excelente trabalho e estão a promover em todo o território, em cooperação com 482 a Câmara Municipal, a gestão dos processos que vão ao encontro da resolução das necessidades 483 das pessoas, olhando para o território, as pessoas, as aldeias e os locais. Deseja que essa 484 485 cooperação ainda possa ser aprofundada e melhorada. Em relação à questão da análise dos documentos, o Presidente disse que a sua chamada de 486 atenção não foi para ninguém em especial, mas todos têm acesso a documentos por todo o país, 487 seja de que força política for, em que há asneiras gritantes relativamente à apreciação, efetuando 488 críticas partindo de premissas erradas e isso são inverdades. 489 Sobre a questão referente ao empolamento dos orçamentos, referiu que este orçamento cresceu e 490 tem fundadas espectativas e que, quanto às questões das variações máximas e mínimas nas 491 transferências do orçamento de estado, este novo Governo acabe com isso, fazendo uma 492 redistribuição favorável aos municípios, que baixaram dívida, tiveram um conjunto de intervenções 493 e contribuíram para reduzir o chamado défice do Estado e vêem a administração central a 494 495 endividar-se cada vez mais. O Presidente informou que, em relação ao FAM, deliberaram nesta Assembleia Municipal, o 496 pagamento de 800 mil euros do Município de Alcácer do Sal para o FAM, que supostamente seria 497 para auxiliar os municípios em dificuldades financeiras. Mas, desse valor que todos os municípios 498 pagaram, nada foi entregue a esses municípios e não vão conseguir pagar porque o Tribunal de 499 Contas não o permite. Referiu que, os municípios estão a pagar uma capitalização do FAM quando 500 podem colocar em risco os pagamentos a fornecedores locais e quando podem colocar em risco 501 situações relativamente a défices e a endividamento. 502 Disse que, há um crescimento do orçamento em 2016, baseado numa espectativa que vão tentar 503 atingir, apesar de ser um exercício difícil, mas há um conjunto de situações que os municípios 504 portugueses que a expectativa, relativamente ao aumento das próprias transferências para os 505 506 municípios. O Presidente informou que, no ano de 2015, o município recebeu 1 milhão e 100 mil euros de 507 fundos comunitários, onde já consta a obra do Morgadinho. Informou, também que vai fazer parte 508 de uma delegação da Associação do Conselho Diretivo que vai reunir com o novo Ministro Pedro 509

Marques, para discutirem o Portugal 2020.

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

Quanto à revisão do PDM, o Presidente disse que, o Deputado Duarte Lynce de Faria, assinalou e bem a Carta Educativa, mas acha que para além deste, há dois documentos fundamentais, sendo que um deles é a alteração da Carta da Reserva Ecológica Nacional em Alcácer do Sal, que foi conseguida em 6 meses, quando normalmente é conseguida em 2 anos, que foi das primeiras medidas que o executivo tomou e que é um documento fundamental para o processo da revisão do PDM. Sublinhou que outro documento fundamental, que já tinha sido iniciado há 8 anos e não concluído, é o Plano de Pormenor do Pego do Altar, que entretanto já foi aprovado. Sobre as receitas, mencionou que o IMI está com ciclos e que em 2015 houve uma diminuição acentuada na receita do IMI, o que levou o município a colocar uma funcionária nas Finanças de Alcácer do Sal para trabalhar neste assunto e tentar acelerar os processos. Referiu que, foi mencionado com sentido crítico o crescimento de 8% com o pessoal e informou que esse crescimento já tem em conta um conjunto de previsões sobre as renumerações dos trabalhadores, sobre matérias que foram retiradas nos vencimentos a alguns trabalhadores, a atualização do salário mínimo nacional, aos encargos de saúde e a um conjunto de encargos que são e não deviam ser imputados aos municípios. Esse crescimento, também tem em linha de conta outros encargos, numa perspetiva de reforço do nível do emprego público, porque não é possível à Câmara Municipal dar determinadas respostas com os meios existentes. Acrescentou que o município também está a efetuar investimento no parque informático, no parque de viaturas e há novos investimentos. Disse que, os equipamentos municipais tinham de ser renovados e deu como exemplo a aquisição de um autocarro de 28 lugares, uma carrinha de caixa aberta, uma carrinha de 9 lugares, uma varredoura e em breve uma viatura de resíduos sólidos 532 urbanos. Afirmou que, há um crescimento no orçamento que tem a ver com aspetos positivos, do ponto de 533 vista do emprego público e sobretudo do ponto de vista da valorização das carreiras, das 534 remunerações e das condições dos trabalhadores, que são coisas, que acha que ninguém está 535 contra. 536 Em relação a deslizamento de investimentos para 2016, o Presidente disse que efetivamente 537 existe, porque há matérias que não conseguiram arrancar em 2015, mas só quem não domina 538 gestão é que avança para concurso, não estando seguro dos financiamentos comunitários. 539 Sobre as ruturas de água em Albergaria, o Presidente disse que é um facto, que têm havido 540 muitas. Informou que tem havido problemas da renovação da rede de águas no concelho de 541 Alcácer do Sal, porque é o segundo concelho do país com maior área geográfica e há redes de 542 primeira geração, algumas com material que não é o melhor, mas há muitos investimentos 543 previstos para renovação. 544

545	O Presidente informou ainda que está previsto dotação para caminhos e vias de comunicação em
546	pequenas localidades, porque o município tem o propósito de "encurtar" distâncias para essas
547	populações e pessoas que estão longe, renovando esses caminhos e essas estradas.
548	
549	Relativamente ao Portugal 2020, o Presidente mencionou, que de janeiro a novembro, a receita
550	entrada foi de 1,1 milhão de euros, mas que também há devoluções. Sobre as devoluções, referiu
551	que há uma verba não definida de 600 mil euros, que está relacionada com o processo do RUAS,
552	que já está em Tribunal. Há, também, uma verba provisionada para a devolução de dinheiros do
553	Centro Escolar da Comporta e em 2015 foi devolvido 103 mil euros do Centro Escolar do Torrão,
554	por falhas diversas.
555	Informou que, os próximos projetos estão a ser bem-feitos e bem preparados, os cadernos de
556	encargos não podem fazer referência a marcas, para não conterem matérias que não são
557	elegíveis.
558	Em relação à saúde financeira, referiu que, o anterior Presidente da Câmara disse numa reunião,
559	que agradecia ao anterior Presidente a saúde financeira que lhe deixou no município. O Presidente
560	referiu que, naturalmente e como em tudo na vida quando se sai deve-se deixar tão bem, ou
561	melhor aquilo que se herdou, mas essa questão é relativa, porque importa saber o que se passa e
562	a saúde financeira está relacionada com gestão. Mencionou que, o executivo tem de trabalhar para
563	que aquele volume de stocks que estava em armazém, obsoleto e sem qualquer utilidade, não se
564	volte a repetir, e trabalhar para que a gestão dos meios seja a melhor possível, para conseguir com
565	menos recursos, fazer mais.
566	O Presidente referiu que, a saúde financeira, tem de ser sempre analisada em dinâmica e como um
567	processo de gestão.
568	Referiu ainda que, o executivo tem a noção que não há documentos perfeitos e este orçamento
569	está sujeito a críticas politicas e técnicas, mas é o documento possível neste ano, que é um ano de
570	incertezas, dúvidas e dificuldades enormes, com o propósito de efetuar o melhor trabalho pelos
571	cidadãos e pelo concelho de Alcácer do Sal e para ter outra capacidade de resposta do ponto de
572	vista económico e social.
573	
574	O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que não falou na alteração da Carta da REN e o PP do
575	Pego Altar porque isso é pressuposto para se fazer o PDM e já não era pressuposto para se fazer
576	a Carta Educativa.
577	Disse que, quando falou em empolamento, não tinha a ver com o crescimento, mas sim com uma

578

questão com a qual há muito tempo as autarquias se debatem, que é uma pressão enorme das

579	despesas correntes e alguma margem para que sejam cobertas pelas receitas correntes.
580	Esclareceu que, quando falou em empolamento era a isto que se referia e não à questão do mero
581	crescimento e disse que os Deputados do PS não falaram em empolamento das receitas de capital.
582	
583	O Presidente da Câmara, em relação a uma questão que o Deputado Duarte Lynce de Faria
584	colocou sobre a despesa fora de projeto ou dentro de projeto, esclareceu que, em 2013, no anterior
585	executivo, foram colocados dentro de projeto, 1 milhão e meio de euros para a Caixa Geral de
586	Aposentações e encargos com o pessoal e que agora estão a ser colocados corretamente, fora de
587	projeto.
588	
589	O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que não tem elementos como o Presidente deve
590	calcular e mantém o que disse, ou seja há um aumento claro de determinadas situações que não
591	estão consignadas em projeto. Disse que, trabalham com números e não trabalham com ideias,
592	nem com especulações, fazendo um trabalho sério para que também possam dar uma opção
593	diferente da orientação que teria sido este orçamento.
594	
595	O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.
596	Deliberação: Aprovado por Maioria com 14 votos a favor da CDU e 8 votos contra do PS.
597	A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
598	anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
599	
600	O Deputado Duarte Lynce de Faria, entregou na Mesa uma Declaração de Voto, apresentada pelos
601	Deputados do PS.
602	A Deputada Luzia Carvalho, entregou na Mesa uma Declaração de Voto, apresentada pelos
603	Deputados da CDU.
604	
605	O Presidente da Assembleia, como era meia-noite pôs a votação a continuação da sessão, a
606	mesma foi aprovada por unanimidade.
607	
608	O Presidente da Assembleia, solicitou à Deputada Luzia Carvalho que procedesse á leitura da
609	Declaração de Voto.
610	
611	A Declaração de Voto, apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pela Deputado Luzia
612	Carvalho.

513	
514	"DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA CDU NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
515	As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 submetidas pela Câmara à aprovação da Assembleia
516	Municipal merecem o nosso total apoio e aprovação. Seguem a linha de rumo iniciada há 2 anos pela CDU.
517	Hoje as GOP's e o Orçamento apresentam-se de forma fundamentada. Desde logo, o Preâmbulo que
518	evidencia a situação desastrosa que as políticas de direita conduziram o país e os portugueses, com cortes
519	roubos, perda de rendimentos e asfixia económica e social.
520	Num passado recente, como em 2006, 2007, 2010, os Documentos Previsionais foram apresentados a
521	Câmara e à Assembleia Municipal sem qualquer preâmbulo que evidenciasse uma estratégia ou linha de
522	rumo. Neste mandato, à semelhança do relatório de atividades apresentado à Assembleia Municipal, temos
523	um preâmbulo que evidencia a realidade.
524	Hoje as GOP´s e o Orçamento não escondem números, dívidas ou intervenções a efetuar. Se e
525	aprovisionada a revisão do PDM é porque é mesmo para avançar. Se é aprovisionada a aquisição de bens
26	de equipamento é porque são mesmo para concretizar esses meios.
27	Hoje, este executivo municipal já provou que promete e cumpre conduzindo os destinos do nosso Concelho
28	pelo caminho do desenvolvimento económico, pela modernização e pelo reforço da capacidade de resposta
29	da Câmara Municipal.
30	O Orçamento evidencia um aumento das receitas. Se nos últimos anos a política de direita conduzida pelo
31	PSD/CDS retiraram muito dinheiro aos municípios portugueses com a insistência nos incumprimentos da Le
32	de Finanças Locais, é com alguma expectativa que aguardamos do novo governo e da Assembleia da
33	República, a reposição de verbas extorquidas ultimamente por via de mecanismos das limitações das
34	variações, máximas e mínimas, dos 5% e outros cortes que esperamos que sejam repostos.
35	Ao contrário do que certa propaganda mentirosa, plena de inverdades e ignorância, tem insistido o aumento
36	de despesa corrente num município não é, em si, um mal. Tal como pelo facto de ocorrer em algum momento
37	um crescimento ou valor elevado numa obra de investimento ser, por si só, uma despesa boa.
38	As GOP's e o Orçamento evidenciam um crescimento dos encargos com o pessoal decorrente das respostas
39	salariais, valorização de carreiras e atualização do salário mínimo a par de novos encargos com a saúde até
40	há pouco não suportados pelos municípios. É despesa corrente e a reposição de vencimentos e outros
41	direitos para os trabalhadores não são um mal.
42	Registamos negativamente a escandalosa afirmação produzida pelas vereadoras do PS na Câmara que, em
43	Declaração de voto consideraram que um aumento de postos de trabalho é algo de "preocupante" fazendo
44	recordar-nos a mesma adjetivação que o PSD e o CDS há pouco utilizavam sempre que se colocava a
45	necessidade do crescimento do emprego público.
46	As Gop´s e o Orçamento não escondem objetivos. Cumprem o POCAL e será mentirosa a acusação de se
47	deixar classificações de sentido vago como "outros". Quem souber ler os Documentos Previsionais sabe que
48	uma coisa são as classificações e arrumação no orçamento e outra são as descrições no PPI e nas AMR.
	•

549	As GOP's e o Orçamento para 2016 evidenciam, de forma clara para quem sabe ler e interpretar os
550	Documentos Previsionais que há uma opção pelo investimento, quer do lado das correntes quer do lado do
551	investimento.
552-	Pelo investimento no desenvolvimento económico e na cooperação com os investidores.
553-	Pelo investimento na promoção turística e nos certames.
654-	Pelo investimento no cinema, no teatro, na leitura pública e na cultura.
655-	Pelo investimento em projetos no Pré-Escolar, na Educação, na Ação Social e no apoio ao alojamento de
656	médicos.
657	Pelo investimento no parque urbano da zona ribeirinha nascente, no interface intermodal, na zona verde da
658	Fonte Santa (Torrão), nos parques infantis e na 1ª geração de redes de corredores cicláveis.
659-	Pelo investimento no tratamento do saneamento em baixa, na renovação das redes e na eficiência.
660-	Na regularização de um passivo de quase 20 anos com a aquisição dos terrenos da Arcebispa de modo a
661	viabilizar investimentos e financiamentos comunitários para o interface intermodal.
662-	Pela continuação da renovação nos equipamentos e redes de dados.
663	São GOP´s e um orçamento com uma séria aposta no Museu Pedro Nunes, na iluminação cénica do
664	Património e na revisão do PDM.
665	Hoje Alcácer do Sal tem a tributação mais baixa do IMI em todo o distrito de Setúbal. Tem as contas
666	controladas. Diminui a dívida de médio e longo prazo e a dívida a fornecedores.
667	Hoje Alcácer do Sal tem uma Câmara Municipal mais organizada e mais atuante.
668	É este caminho por que lutaremos sempre: tirar Alcácer do Sal do marasmo e da atrofia que os eleitos da
669	CDU encontraram e conduzir o nosso Concelho pela via da modernização e do progresso.
670	Alcácer do Sal, 18 de dezembro de 2015
671	Os eleitos da CDU"
672	
673	O Presidente da Assembleia solicitou ao Deputado Duarte Lynce de Faria que procedesse à leitura
674	da sua Declaração de Voto.
675	O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que os Deputados do PS dispensam a leitura da
676	Declaração de Voto e consideram a mesma entregue.
677	
678	"GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI E ATIVIDADES MAIS
679	RELEVANTES - AMR) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016
680	
681	DECLARAÇÃO DE VOTO
682	O orçamento de 2016 para o Município de Alcácer do Sal segue, de perto, o mesmo figurino dos diferentes
683	orçamentos apresentados pelo atual Executivo da CDU.
684	Constata-se, em termos gerais, que o enquadramento negativo e pessimista da realidade política, económica
685	e social nacional e internacional não deve ser considerado suficiente para que o documento seja,

- genericamente, pobre de ideias e pouco galvanizador para o futuro. A pouca expressão do documento na aposta do desenvolvimento do concelho – leia-se, investimento - é associada a um aumento muito substancial da despesa que vai degradando a saúde financeira que a autarquia gozava num passado
- recente, gestão que é da exclusiva responsabilidade do atual Executivo.
- Uma vez mais, a declaração política no preâmbulo não corresponde nem ao conteúdo nem às conclusões
- que se pretendem retirar do orçamento apresentado. No entanto, trata-se, agora, de uma divergência política
- e não de uma questão de discordância das circunstâncias de facto do passado como sucedeu nos anteriores
- orçamentos neste mandato o que, ainda assim se apresenta como inexorável pois não é possível continuar a
- 694 justificar as insuficiências com o passado socialista!
- Refira-se que, para se publicitar a "transparência", torna-se necessário, para além do normal cumprimento
- das regras contabilísticas e de outros imperativos legais, que se prove que o desenvolvimento sustentado do
- 697 concelho seja uma aposta das grandes opções do plano, ponto de partida para a execução do atual
- 698 orçamento de 2016.
- 699 Contudo, verifica-se que o desenvolvimento publicitado enferma das seguintes insuficiências:
- 700 **1.º-** O valor do investimento previsto para 2016 embora, realce-se, tenha um ligeiro aumento e não seja o
- 701 menor dos últimos anos implica, ainda assim, uma redução na ordem dos 30% comparativamente ao ano
- de 2013. Em boa parte, tal parece resultar de dois fatores: em 1.º lugar, o investimento baseia-se
- 703 essencialmente no programa Portugal 2020; e depois, devido a diversos atrasos do Portugal 2020 devidos ao
- 704 anterior Governo, a maior parte da execução caberá nos anos posteriores. Daí a projeção de 1,4 milhões de
- 705 euros em 2015 e 3,2 milhões nos anos posteriores.
- 706 2.º O orçamento de 2016 apresenta um valor de cerca de 23,86 milhões de euros que corresponde a um
- aumento de 7% em relação a 2015 e de 30% em relação a 2013, com uma pressão muito significativa das
- despesas correntes com um aumento de cerca de 1,6 milhões de euros (num total de 18,98 milhões de
- euros), que corresponde a um aumento de 4% em relação a 2015 e de 38% em relação a 2013 o que tende,
- 710 como se sabe, a asfixiar a saúde financeira do Município;
- 3.º- Quanto ao sobredimensionamento dos valores orçamentais apresentados matéria esta que sempre foi
- 712 discutida nesta Assembleia pelos diversos partidos, no executivo ou na oposição nunca o PS criticou a sua
- 713 necessidade nos orçamentos de capital, tanto mais que a maioria dos projetos têm impactos plurianuais e
- nem sempre os recebimentos chegam a tempo e horas, por exclusiva responsabilidade dos sucessivos
- 715 Governos.
- Porém, quanto ao orçamento corrente, as regras do POCAL e as normas gerais da contabilidade pública e do
- 517 bom governo, aconselham a que os valores sejam, muito aproximadamente, os correspondentes à execução,
- o que, até mais ver, este orçamento não vai conseguir tendo em conta o empolamento excessivo das receitas
- correntes que se estima ser, aproximadamente, de 3,5 milhões de euros.
- 720 Seria de louvar que houvesse uma redução ou mesmo uma manutenção das despesas correntes ao ano de
- 721 2013 ou, ainda assim, que se consignassem na estrita medida da melhoria das condições remuneratórias e
- 722 sociais permitidas por lei. Ora, não é isso que sucede no presente orçamento em que a pressão das
- despesas correntes é muito superior ao que seria adequado. Lançaram-se, diversas vezes, vários alertas

- para este assunto, designadamente, a propósito das grandes opções do plano, dos orçamentos ou das
- respetivas prestações de contas que vieram a esta Assembleia.
- No caso das despesas correntes, a rubrica "aquisições de bens e serviços" têm um aumento de cerca de 130
- 727 mil euros (2%), em que os valores rondam os 8 milhões de euros e que são significativamente superiores a
- 2013 (4,7 milhões de euros) sem que caiba nos critérios que foram anteriormente enunciados. Depois, esse
- incremento deve-se, em boa parte, ao aumento significativo das despesas em combustíveis (82% 300 mil
- euros) e também à rubrica "contratos de aluguer e serviços" que apresenta um valor de 357 mil euros,
- correspondendo a um aumento de 55% em relação a 2015.
- No caso das despesas de pessoal, prevê-se um aumento de 600 mil euros (cerca de 8% em relação ao ano
- passado e de 37% em relação a 2013), em que cerca de 133 mil euros corresponde a um aumento das
- despesas em tarefas e avenças e cerca de 80 mil em relação a novos contratos. O aumento das despesas
- 735 com pessoal seria facilmente explicado, genericamente, pelo reposicionamento de vencimentos, pelas
- 736 contribuições sociais e pela internalização dos funcionários da EMSUAS. Contudo, verifica-se que aquele
- 737 aumento das despesas com pessoal também reflete a entrada de novos funcionários (i.e., sem qualquer
- 738 ligação anterior ao Município), seja pela abertura de lugares no mapa de pessoal (16 concursos, o que
- equivale a um valor de 80 mil euros) seja pelo aumento das despesas com tarefas e avenças de 33% e de
- 740 262%, em relação a 2015 e 2013, respetivamente.
- Considera-se, pois, ser um documento repleto de incertezas e dúvidas quanto ao futuro, que revela uma
- atitude apática, resignada e pouco empenhada em descobrir novos caminhos perante as incertezas gerais
- que a todos atingem e com forte pressão das despesas correntes.
- Perante o exposto, esta declaração fundamenta o voto desfavorável relativo ao PLANO PLURIANUAL DE
- 745 INVESTIMENTOS PPI E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES AMR E ORÇAMENTO PARA O ANO DE
- 746 2016.
- 747 O Grupo Municipal do Partido Socialista"
- 748
- 749 **4 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA**
- 750 MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL, PARA O ANO DE 2016. (documento aprovado na reunião de
- 751 Câmara realizada no dia 10/12/2015);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, submeteu
- 753 a proposta a votação.
- 754 Deliberação: Aprovado por Maioria com 14 votos a favor da CDU e 8 abstenções do PS.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 757
- 758 5 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE
- 759 CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO

- 760 SAL E AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
- 761 **26/11/2015)**;
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
- 763 Intervenções:
- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou terem os
- 765 contratos sido debatidos com as freguesias, submetidos à câmara, mas eram documentos em
- aberto, que poderiam ao longo do ano, ser reavaliados.
- O Deputado Duarte Lynce Faria disse que tinha analisado os documentos, que cada uma das
- 768 freguesias tinha um contrato próprio e que realmente eram documentos que se encontravam em
- 769 aberto.

775

- 770 Referiu ainda que deveria ser discutido novamente na Assembleia da Republica, a questão das
- 771 freguesias.
- 772 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 776 6 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE
- 777 ACORDOS DE EXECUÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL E AS
- 778 FREGUESIAS DO MUNICÍPIO. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
- 779 **26/11/2015)**;
- 780 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, submeteu
- 781 a proposta a votação.
- 782 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 786 7 ANÁLISE E CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO REFERENTE À AUDITORIA AO MUNICÍPIO
- 787 DE ALCÁCER DO SAL RELATÓRIO DEFINITIVO. (tomado conhecimento na reunião de Câmara
- 788 realizada no dia 10/12/2015);
- 789 Intervenções:
- 790 A Deputada Maria Antónia Mendes saudou o procedimento do executivo ao dar conhecimento da
- auditoria efetuada ao município, uma vez que o anterior executivo não tinha essa prática.
- Referiu ainda que ao ler o documento se questionou como tinha sido possível gerir o Urbanismo,
- 793 sem existir um Regulamento Municipal de Edificação Urbana.

- Concluiu, dizendo que a inspeção tinha sido dirigida ao urbanismo, mas refere o que não teria sido encontrado por este executivo nas outras áreas e imagina a dificuldade, que têm tido em ordenar os serviços, o que não era uma tarefa fácil.
- Felicitou o executivo pela tarefa árdua que têm tido e continuarão a ter até deixar os serviços completamente organizados.
- 799 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 802
 803 8 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ÁREA
 804 DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE ALCÁCER DO SAL. (documento
 805 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 12/11/2015);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, submeteu a proposta a votação.
- 808 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 9 ANÁLISE E CONHECIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE À RETOMA DO PROCESSO DE
- 813 **REVISÃO DO PDM.** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 12/11/2015);
- 814 Intervenções:

- O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir sobre o assunto, tendo este explicado as razões da retoma do processo de revisão do PDM.
- O Presidente da Assembleia usou da palavra a seguir e afirmou ser muito importante a retoma do
- processo, salientando a necessidade da revisão deste documento, referindo ainda que considerava
- muito importante, a participação e auscultação das entidades e da população.
- O Deputado Duarte Lynce Faria referiu que este, era dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.
- 822 Tomado Conhecimento.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 825 826 10 - ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO PROJETO DE REGULAMENTO 827 MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO. (documento aprovado na reunião de Câmara
- 828 realizada no dia 26/11/2015);

- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
- 830 Intervenções:
- O Presidente da Assembleia a pedido do Presidente da Câmara, deu a palavra ao Vereador
- Manuel Vítor, tendo este referido que era de mil novecentos e oitenta e dois, e tinha sido uma das
- falhas apontadas pela inspeção, pois o mesmo encontrava-se desactualizado. Assim sendo, criou-
- se de raiz um novo regulamento, concebido pelos técnicos da Divisão de Planeamento e Gestão
- 835 Urbanística e do Gabinete Jurídico.
- 836 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 839
- 840 11 ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA
- 841 DELIBERAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE 30-06-2015, REFERENTE À ABERTURA DE
- 842 PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO
- NA MODALIDADE DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO,
- NA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES NO
- 845 SETOR LOCAL DO TORRÃO E EXTERIOR. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no
- 846 *dia 12/11/2015*);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, submeteu
- 848 a proposta a votação.
- Deliberação: Aprovado por Maioria com 14 votos a favor da CDU e 8 abstenções do PS.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

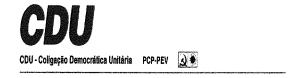
852

- 853 12 ANÁLISE E CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO REFERENTE À ATIVIDADE
- 854 **AUTÁRQUICA**.
- 855 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, tendo este feito a
- 856 apresentação do documento.
- 857 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

860 861

- Analisado seguidamente, o ponto aditado à ordem de trabalhos, nos termos do disposto no n.º3 do
- art.º 20, do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 28 de fevereiro de 2014.

0.64	13 – ANÁLISE DE VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS
864	DE PASSAGEM. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 10/12/2015).
865	DE PASSAGEIVI. (documento aprovado na roamato do camata de companyo de company
866	A proposta foi apresentada pelo Vereador Manuel Vítor por solicitação do Presidente da Câmara.
867	O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, submeteu
868	a proposta a votação.
869	Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
870	A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
871	anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
872	allexa a presente ata, da mosma razondo parto integramo.
873	APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES
874 875	APROVAÇÃO LIVI MINOTA BAC BELIBE. U ÇO =
876	Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
877	produzirem efeitos imediatos.
878	Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.
879	
880	ENCERRAMENTO DA SESSÃO
881	Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas zero
882	horas e cinquenta minutos do dezanove de dezembro do ano dois mil e quinze. Eu, Dina do Carmo
883	Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
884	assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.
885	
886	
887	O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
888	MACLINA
889	
890	·
891	OS ASSISTENTES TÉCNICOS,
892	\sim \sim \sim \sim
893	- dinstado
894	
895	Nan Kam Ceny



Os Deputados da CDU eleitos na Assembleia Municipal, propõem a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

Voto de Pesar

A vida, marca "os grandes homens!

A historia, imortaliza-os!

Pelo seu humanismo;

Pela sua solidariedade;

Pela sua sensibilidade;

Pelo que dão, pelo que são, pelo que fazem no seu percurso de vida....

Esse testemunho, permanece para além da morte...

"O Chefe Cardim", como tão respeitosa, reconhecida e carinhosamente era tratado, foi tudo isso, e muito mais, muito, muito, mais...

Francisco Tereso Cardim, nasceu em 1938, em Alcácer do Sal, terra onde sempre viveu.

Era pedreiro de profissão. Ingressou no Quadro da Autarquia, onde trabalhou, no período de 16/11/75 a 01/01/2000, até à sua reforma.

Ingressou no Corpo de Bombeiros em 1/03/1962, com 23 anos de idade.

Os "Bombeiros" eram a sua vida!

Seguiu a carreira de Bombeiro, passando por todas as categoria, (Bombeiro de 3ª, 2ª,1ª e Subchefe).

Ele dirigia, comandava, formava.!

Não se limitava a explicar tecnicamente, não,... ele ensinava executando, dando o exemplo prático.

Era responsável, conhecedor e a sua capacidade de liderança era reconhecida por todos!..

A sua dedicação, a sua entrega à causa que abraçou, impressionava;

Em 28 de Setembro de1998, após a sua reforma, como Bombeiro do Corpo Activo, foi votado, por unanimidade, o seu ingresso no Quadro de Honra, tendo sido em simultâneo, promovido a Chefe, dado o seu exemplo, por proposta do seu Comandante.

Mesmo nessa fase da sua vida, chefiou o Quadro de Honra e manteve sempre funções de responsabilidade:

Foi Formador, Oficial de Ligação e relações públicas em áreas especificas, representante do Comando em cerimónias e actos oficiais e zelador do Talhão dos Bombeiros;

Todos o respeitavam e acarinhavam, como se estivesse no Corpo Activo.

Na sua categoria, não haviam mais medalhas para lhe serem atribuídas, todas lhe foram entregues...fizeram jus ao que representou, para os " seus bombeiros ".

- 1966 Medalha grau prata c/1 estrela LBP
- 1979 Louvor do Inspetor de Incêndios da Zona Sul
- 1981 Medalha grau ouro c/1 estrela LBP
- 1986 Medalha grau ouro
- 1987 Medalha grau cobre, pelo Instituto Socorros a Náufragos
- 1988 Louvor do Comandante
- 1988 Medalha grau cobre, Serviços Distintos LBP
- 1991 Medalha grau prata Serviços Distintos LBP
- 1996 Comandante Interino
- 1998 Medalha grau ouro de dedicação LBP

Foram 77 anos de uma vida...

Deixa saudades, do seu convívio, do que transmitia, do que ainda nos ensinava...

Obrigado "Chefe Cardim," pelo legado que nos deixa...

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal,18 de dezembro de 2015.

Os eleitos da CDU